



Número: **0807109-48.2020.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **28/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA (AUTOR)		GERSON LUCIANO SANTOS NETTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA (REPRESENTANTE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
34843 635	28/09/2020 21:36	Petição Inicial	Petição Inicial
34843 646	28/09/2020 21:36	PETIÇÃO INICIAL	Outros Documentos
34843 645	28/09/2020 21:36	PROCURAÇÃO	Procuração
34843 644	28/09/2020 21:36	DOC. PESSOAL E COMP. DE RESIDÊNCIA	Documento de Identificação
34843 642	28/09/2020 21:36	DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA	Outros Documentos
34843 640	28/09/2020 21:36	BO E COMP. DE PAG. ADMINISTRATIVO	Outros Documentos
34843 639	28/09/2020 21:36	DOC. MÉDICA 1	Outros Documentos
34843 638	28/09/2020 21:36	DOC. MÉDICA 2	Outros Documentos
34843 636	28/09/2020 21:36	DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE IR	Outros Documentos
34870 804	29/09/2020 14:05	Decisão	Decisão
34870 811	29/09/2020 14:05	ORIENTAÇÃO SOBRE O CISCO	Documento de Comprovação

Petição Inicial em anexo.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB.

ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA, brasileiro, solteiro, motorista, inscrito no CPF de nº 009.033.687-90, residente e domiciliado na Julia Chaves de Alcântara nº: 66, no bairro mangabeira da Cidade de João Pessoa/PB, por seu advogado que esta subscreve, vem à presença de Vossa Excelência propor:

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.

COMPLEMENTO

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.205, CNPJ 09.248.608.0001-04 expondo e ao final requerendo o seguinte:

AB INITIO, diante da situação financeira em que se encontra o Promovente requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso a Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

É cediço que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de nº. 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.

DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual de acordo zero adotada pela parte Ré, a parte autora vem manifestar, em cumprimento ao **art. 319, inciso VII do NCPC/2015**, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do procedimento e a necessidade de que **ambas as partes** dispensem a sua realização, conforme previsto no **art. 334, §4º, inciso I, do NCPC/2015**.

DOS FATOS E DOS DIREITOS

No dia **19/06/2020**, foi vítima de um acidente, quando trafegava em sua motocicleta marca YAMAHA YBR 125, ano/modelo 2014/2015, de cor branca, placa



OIO2220/PE, quando se dirigia ao trabalho foi colhido por um veículo de marca GM/ONIX, de cor branca, de motorista e placas não identificada, que veio na contra mão em sua direção, vindo o autor cair ao solo e sofrer lesões graves, sendo socorrido e encaminhado ao Complexo Hospitalar de Mangabeira, , onde foi submetido a tratamentos médicos, o que ocasionou incapacidade permanente na parte autora, fatos estes, devidamente comprovados no teor do Boletim de Ocorrência da Polícia, Ficha de Internação e Cirurgia, todos em anexos.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes ao Autor, tais como o como **FRATURA DE OSSOS DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO (INCLUINDO MÃO E DEDOS), ONDE FOI SUBMETIDO A CIRUGIAS DE OSTEOSÍNTESE (PLACAS/PINOS/PARAFUSOS)**, devido ao acidente, o que sem duvidas resultou no comprometendo total do membro, conforme se observa nos laudo médicos acostados aos autos e pericia a ser realizada.

Acontece que a parte autora, buscou seus direitos pela via administrativa, recebendo um valor irrisório de **R\$ 1.687,50 (MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo.

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional/invalidez dos membros supra mencionado corresponde ao valor Máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela DPVAT, descrita em lei especial.

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz *jus* à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:



Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometeram e o registro de ocorrência no órgão policial competente, **estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:**

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em



R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4.Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74,

DO REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, a complementação do pagamento da indenização em epígrafe, **fundada no valor de R\$ 11.812,50 (ONZE MIL, OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) referente ao DPVAT**, face a invalidez sofrida pelo autor, que veio a comprometer a função do adquirida através de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

01- que Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

02- Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com **o rito especial imposto a lide**, tenha início a instrução e julgamento;

03 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais, que serão apresentadas independentemente de intimação;

04- seja intimado o autor para ser inquirido nos autos, e com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativo a data do sinistro;

05- com fundamento no Art. 246, I do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);

06- seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente à honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;

07- não necessitando que seja oficiado a SEGURADORA LIDER para remeter copia do processo administrativo, pois seguem e anexo copias das documentações;



08– Não precisando que seja intimada a direção da casa hospitalar onde o autor, ora paciente, foi atendido para disponibilizar prontuário, pois os mesmos já encontra-se em anexo;

09 – requer a produção de prova pericial, oficiando o NUMOL/PERITO a ser nomeado por V. Excelência, visto que tal exame torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art.2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se a presente o valor de **R\$ 11.812,50 (ONZE MIL, OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)** para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 28 de Setembro de 2020.

GERSON LUCIANO SANTOS NETTO
- Advogado - OAB/PB 24.614



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:_____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA (), de que forma?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):_____

_____.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.

Sem mais, em ____/____/_____.

(Assinatura – carimbo – CRM)





PROCURAÇÃO AD JUDICIA E EXTRA JUDICIAL

OUTORGANTE: ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA,
brasileira(o), SOLTEIRO MOTORISTA portador da Cédula de Identidade
nº: 9.836.389, inscrito no CPF nº: 009.033.684-90, residente e
domiciliado na Rua YLLIA CHAVES DE ALCANARA Nº 66,
Bairro, MANGABEIRA, na Cidade de JOÃO PESSOA /PB.
Cep: 58049-400 Fone: 83-98626-49432

OUTORGADO: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO, brasileiro, casado, advogado
inscrito na OAB/PB sob o nº 24.614, ambos com endereço profissional na Rua:
professora Corina Maria Rabelo, nº 28 Bairro José Américo de Almeida, na Cidade
de João Pessoa/PB, 986434993.

PODERES: Poderes para o foro em geral, a fim de defender os interesses e direitos do
Outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive perante esta Douta
Vara, propondo Ações competentes em que o Outorgante seja autor ou reclamante,
defendendo-o quando for Réu, Interessado ou Requerido, podendo reclamar, conciliar,
desistir, transigir, acordar, recorrer, receber e dar quitação, confessar, firmar
compromisso, prestar declarações, renunciar direitos, bem como substabelecer a
presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier, praticarem todos os
atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, ao qual dar como firme
e valioso, enfim praticar todos os atos previstos no art. 105 do Novo Código de Processo
Civil com redação dada pela Lei nº 8.952 de 13.12.94 e art. 5º, § 2º da Lei nº 8906, de
04.07.94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

CONTRATO: O Outorgante obriga-se a pagar ao outorgado, a título de verba honorária
advocaticia remuneratória pelos serviços prestados, ora contratados, a importância de **30%**,
calculados sobre o valor da causa, da condenação ou do acordo celebrado.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE RENDIMENTOS

A parte outorgante, conhecedora dos termos da Lei nº 1.060/50, declara que é pobre
na forma da lei e que não tem condições de dar prosseguimento à demanda judicial sem
comprometimento da subsistência de sua vida e de sua família.

João Pessoa/PB, 10 de 09 de 2020

Outorgante/Declarante

Digitalizado com Cam



CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

P B

NOME
ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
2836389 SSP DF

CPF
009.033.687-90

DATA NASCIMENTO
20/08/1974

FILIAÇÃO
MARIA DO ESPÍRITO SANTO DA SILVA
FRANCISCO GERVASIO DA SILVA

PERMISSÃO
ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
01385599104

VALIDADE
01/02/2024

1ª HABILITAÇÃO
27/10/1997

OBSERVAÇÕES
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JOÃO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO
01/02/2019

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

42563041280
PB038418533

PARAÍBA

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1668994948

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN

Digitalizado com Cam





CAGEPA

Companhia de Água e Esgoto de João Pessoa
Rua Feliciano Almeida, 221 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.055-005 - CNPJ: 08.123.456/0001-00

INSCRIÇÃO	95.1997
DATA DE EMISSÃO	06/07/2020

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA FOGOTO E SERVIÇOS

MARIA DO ESPIRITO SANTO DA SILVA
RUA JULIA CHAVES DE ALCANTARA, 44 - APT. 101
MANGABEIRA JOAO PESSOA PB 58052-490

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Interno	Externos	Hotel	Outros	
001.054.449 0290 0000	0000	1	0	0	0	

Hidrometro	Data de instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto
Y15N517347	12/01/2016	ENTRADA LIGADO	LIGADO	

ANTERIOR : 874 : 871 : 17 : 12 : 22/07/2020

MIST CONSUMO POR LITRO : QUANTO MAIS ÁGUA MAIS NO POSTO DE 2017 M3

DATA	CONSUMO	PREÇO POR M3	VALOR	ANEXO	COMODOS
MAR/2020	15	PREÇO POR M3	208	275	255
ABR/2020	19	TURBIDIMETRIA	208	275	255
MAR/2020	20	CLORO	208	275	255
FEV/2020	17	PH	0	0	0
JAN/2020	21	CON	75	80	75
DEZ/2019	12	CON. TOTAL	208	275	205
MEDIA(M)	17	DADOS REFERENTES A: ABR/2020			

DATA DA IMPRESSÃO: 22/06/2020

HORA DA IMPRESSÃO: 09:52:53

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
ATE 10 M3 - R\$ 17,01 POR UNIDADE	10 M3	17,01
11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,89 POR M3	7 M3	34,23
ESGOTO		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
ATE 10 M3 - R\$ 17,01 POR UNIDADE	10 M3	17,01
11 M3 A 20 M3 - R\$ 3,91 POR M3	7 M3	27,37
ACRESCIMOS MENSUAIS ANT. 04/2020		2,94
JUNTOS DE HORA (04/2020)		0,19

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS R\$ 17,01 PIS E COFINS LPI R\$ 741,22

VENCIMENTO: 04/07/2020 Total a Pagar: R\$ 132,97

Digitalizado com Cam



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu ALEXANDRE GERUASIO DA SILVA, portador
(a) do RG nº 2.836.389 SSP/Df, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº
009.033.687-90, DECLARO para os devidos fins de
comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que
sou residente e domiciliado na Rua JULIA CHAVES DE ALCANTARA
nº 66, Bairro MANGABECIA na cidade de -
JOÃO PESSOA, conforme cópia de comprovante anexo.

Declaro ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar na
sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, *in verbis*:

“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.”

João Pessoa, 10 de SETEMBRO de 2020.



DECLARANTE

Digitalizado com Cam





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA
Nº 052856.01.2020.0.00.704

A Delegacia Online CERTIFICA a requerimento escrito, via Internet, de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial nº 052856.01.2020.0.00.704 analisado pelo policial civil Janaína Silva de Andrade, matrícula 1819666 cujo teor passo a transcrever na íntegra: às 19:36 min do dia 28/07/2020, na Delegacia Online, **ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA**, nacionalidade Brasileiro(a), profissão MOTORISTA, natural de Rio de Janeiro, nascido(a) em 20/08/1974, idade 45, estado civil Solteiro (a), de cor Preta, filho(a) de MARIA DO ESPIRITO SANTO SILVA e FRANCISCO GERVASIO DA SILVA, CPF 009.033.687-90, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Julia Chaves de Alcantara, nº 66, complemento apartamento, bairro mangabeira, na cidade de João Pessoa/PB. CEP: 58049490, telefone(s) 83-98626-4932, registrou o seguinte:

Dados do(s) Fato(s):

Data/Hora do fato: 19/06/2020 11:00h; Tipificação: **Boletim Emergencial**; Tipo do Local: Via Aberta; Local do Fato: AVENIDA JOSEFA TAVEIRA- MANGABEIRA, mangabeira, João Pessoa/PB.

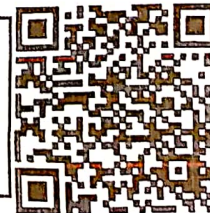
Material(is) Envolvido(s)

Outros Documentos: Identificação Principal: colisão moto x carro. Descrição: vítima de colisão envolvendo moto x carro na avenida Josefa Taveira saída para o valentina.

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que foi vítima de acidente de trânsito colisão envolvendo moto x carro no dia 19 de junho de 2020, por volta das 11:00 horas, quando trafegava em sua moto da Marca YAMAHA YBR 125 FACTOR ED, ano 2014 modelo 2015 de cor Branca e Placas OIO-2220-PE, chassi n. 9C6KE194OF0035608, Licenciada em nome de PATRICIA SOARES DA SILVA, quando se dirigia ao trabalho foi colhido por um veículo da Marca GM/ONIX da cor Branca de motorista e placas não identificada, que veio na contra mão em sua direção, que após o acidente o condutor do veículo evadiu-se do local, que foi socorrido por terceiros para o ORTOTRAUMA de Mangabeira, que sofreu fratura do MTC direito da Mão direita, que devido a pandemia do COVID 19 não quis ficar internado no Hospital tendo ido embora, que por não aguentar dores retornou para o ORTOTRAUMA no dia 22 de Junho de 2020, onde foi submetido a tratamentos cirúrgicos na mão direita.

ATENÇÃO: Esse Boletim só é válido com a assinatura do declarante. A veracidade do mesmo pode ser checada no site da Delegacia Online através do código de controle. www.delegaciaonline.pb.gov.br. Tel. (83) 3612-8612 (8h-18). E-mail: delegaciaonline@seds.pb.gov.br.

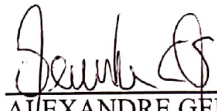


Nº 052856.01.2020.0.00.704 1/2

Digitalizado com Cam



Sendo o que havia a constar, cientificado o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, excepo a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.


ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA

423F749482311F6040C3D5081F3940D6

Código de Controle

ATENÇÃO: Esse Boletim só é válido com a assinatura do declarante. A veracidade do mesmo pode ser checada no site da Delegacia Online através do código de controle, www.delegaciaonline.pb.gov.br. Tel. (83) 3612-8612 (8h-18). E-mail: delegaciaonline@seds.pb.gov.br.



Nº 052856.01.2020.0.00.704 2/2

Digitalizado com Cam



SINISTRO 3200274088 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA****COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA**CPF/CNPJ:** 00903368790**Posição em 12-08-2020 12:42:12**

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado.

Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
13/08/2020	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

Digitalizado com Cam



UNIDADE MUNICIPAL DE JOAO PESSOA

EXE HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO B. R. ITY

RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N

58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980

FAX: () - CNPJ:

Ficha Nr: 324009

Atd: Nao Reg

Data: 19/06/2020

Hora: 11:01:28

Recepcionista: GEOVANA DO SANTOS

Clinica: ORTOPEdia

DADOS DO PACIENTE

Nome: ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA

Nome Social: NAO INFORMADO CPF:

CNS: 708709149741393 Sexo: M SEM DOCUMENTO: 0 Fone: 986264932

Natural: RIO DE JANEIRO/RJ Data Nasc.: 20/08/1974 Id: 45 ano(s)

End.: RUA JULIA CHAVES DE ALCANTARA, 66

Bairro: MANGABEIRA Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Maria DO ESPIRITO SANTO DA SILVA

Pai: FRANCISCO GERVASIO DA SILVA

SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: MOTORISTA (FORA EXCECOES)

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade: PRIMEIRO GRAU COMPLETO

Resp.: ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA

Tel/Doc. Responsavel: 986264932 / SEM DOCUMENTO: 0

Procedencia: RUA

Transporte utilizado: TRANSP. PUBLICO

Vitima de acidente por: MOTO

Vitima de violência por: NAO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Nível de Classificação de Risco:

FR:

TP:

Altura:

IMC:

Circ. Abd: 028

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave

[] Politraumatizado [] Convulsao

[] Hemorragia [] Dispneia

[] Diarreia [] Agitado

[] Regular [] Chocho

[] Vomito

Queixa Principal

Observacao

Paciente vítima de acidente de moto
com dor em Ombro Esquerdo, mão direita

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Diagnostico

Fratura de Metacarpo
Direito

Conduta

Rx Clavícula OAR+L
Rx de mão OAR+L

Prescrição

Imobilização
Internamento

Horario da medicacao

R1 + Ds 3 vezes
Mauute

Paciente requer a
ficha internado

Antônio F. S. Neto
Médico
CRM: 33.125

HOUSAR ANTUCIA 1000
40486370208976
02/CRM

Digitalizado com Cam



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: () CNPJ:

Ficha Nr: 324468 Atd: Nao
Data: 22/06/2020
Hora: 10:01:02
Recepcionista: ANA KARLA DE O.
Clinica: ORTOPIEDIA

DADOS DO PACIENTE

Nome: ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA
Nome Social: NAO INFORMADO CPF:

Num. de vezes atendido: 2
Num. Prontuario: 2020.06.001473

CNS: 708709149741393 Sexo: M SEM DOCUMENTO: 0 Fone: 986264932
Natural: RIO DE JANEIRO/RJ Data Nasc.: 20/08/1974 Id: 45 ano(s)

End.: RUA JULIA CHAVES DE ALCANTARA, 66
Bairro: MANGABEIRA Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Mae: MARIA DO ESPIRITO SANTO DA SILVA Pai: FRANCISCO GERVASIO DA SILVA

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: MOTORISTA (FORA EXCECOES)

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade: PRIMEIRO GRAU COMPLETO

Resp.: ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA

1/Doc. Responsavel: 986264932 / SEM DOCUMENTO: 0

Procedencia: RESIDENCIA

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO

Vitima de acidente por: NAO

Vitima de violencia por: NAO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco:

PA: FR:
FC: TP:
Peso: Altura:
Glicemia: IMC:
Circ. Abd: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispneia
[] Diarreia [] Agitado
[] Regular [] Chocado
[] Vomito
Observacao

Qixa Principal

Historia - Exame Fisico (hora do atendimento medico)

*fx Brucet há 04 dias. não ficou infesta
quefe da refomando hoje p/ FH.*

Diagnostico

Conduta

Prescricao

Horario da medicacao

*- Tafa cura p/ papegar
- FH
- VPM*

Dr. Luciano Gomes de Aguiar
Ortopedia Traumatologia
CRM PB 9328
CREMEPE 24351

Digitalizado com Cam



LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME: <u>Alcides Júnio dos Reis</u>				PRONTUÁRIO Nº	
DATA:	SEXO:	COR:	CLÍNICA:	ENTE:	LEITO:
DATA DE ADMISSÃO: <u>22/06/2020</u>		DATA DE ALTA: <u>29/06/2020</u>		TEMPO DE PERMANÊNCIA:	
DIAGNÓSTICO INICIAL: <u>Friagem nos 1º e 2º (D)</u>				ID: <u>6623</u>	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO: <u>D. Mucosa</u>					
OUTROS DIAGNÓSTICOS:					
PRINCIPAIS EXAMES:					

PROCEDIMENTO REALIZADO:

Fros (K) 15

TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA:

ANATOMIA PATOLÓGICA:

INFECÇÃO P.O. ☐ SIM ☐ NÃO COLETA DE MATERIAL ☐ SIM ☐ NÃO

RESULTADO BACTERIOLOGIA:

CONDIÇÕES DE ALTA: ☐ MELHORADO ☐ REMOVIDO ☐ A PEDIDO ☐ CURADO ☐ ÓBITO

RESUMO CLÍNICO

HISTÓRIA EVOLUÇÃO TERAPÊUTICA COMPLICAÇÕES

Alcides Júnio dos Reis (D)

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

ETA:

EPOUSO: Relativo em casa por _____ dias.
Retorno às atividades sem esforço físico em _____ dias.
Retorno às atividades com esforço físico leve em _____ dias e com esforço maior em _____ dias.

INDICAÇÕES COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lavar a ferida com água e sabão duas vezes por dia. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" na ferida, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA:

RETORNO Ao posto de saúde em _____ para retirada de pontos.
Ao Ambulatório do _____ em 30 dias para revisão.

29/06/2020

DATA

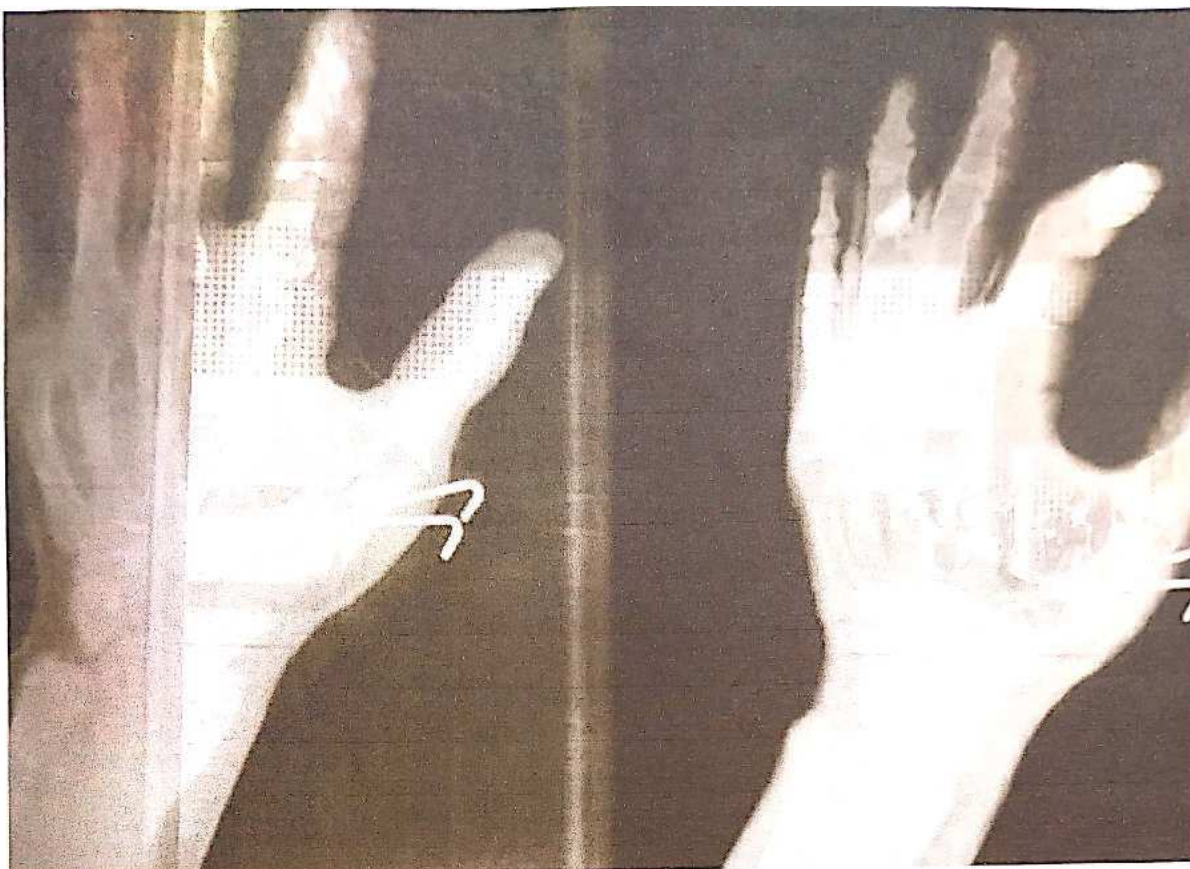
ASS. MÉDICO / CRM

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar

Para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.

Digitalizado com Cam





Digitalizado com Cam



POLICIA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA

Ficha Nr: 324009

Atd: Nao Reg

LEIXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BOMFIM

Data: 19/06/2020

RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N

Hora: 11:01:28

58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83)3214-1980

Recepcionista: GEOVANA DO SANTOS

FAX: () - CNPJ:

Clinica: ORTOPEDIA

DADOS DO PACIENTE

Num. de vezes atendido: 1

Nome: ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA

Num. Prontuario: 2020.06.001473

Nome Social: NAO INFORMADO CPF:

CNS: 708709149741393 Sexo: M SEM DOCUMENTO: 0 Fone: 986264932

Natural: RIO DE JANEIRO/RJ Data Nasc.: 20/08/1974 Id: 45 ano(s)

End.: RUA JULIA CHAVES DE ALCANTARA, 66

Bairro: MANGABEIRA Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Mãe: MARIA DO ESPIRITO SANTO DA SILVA

Pai: FRANCISCO GERVASIO DA SILVA

Prof: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: MOTORISTA (FORA EXCECOES)

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade: PRIMEIRO GRAU COMPLETO

Resp.: ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA

Tel/Doc. Responsavel: 986264932 / SEM DOCUMENTO: 0

Procedencia: RUA

Transporte utilizado: TRANSP. PUBLICO

Vitima de acidente por: MOTO

Vitima de violência por: NAO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tip. de Classificação de Risco:

FR:

TP:

Altura:

IMC:

Circ. Abd: 028

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Greve

[] Politraumatizado [] Convulsao

[] Hemorragia [] Dispneia

[] Diarreia [] Agitado

[] Regular [] Chocado

[] Vomito

Queixa Principal

Observacao

Paciente vítima de acidente de moto
com dor em Ombro Esquerdo não direit

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Diagnostico

Fratura de Metacarpo
5º dedo

Conduta

Rx Clavícula DA + C
Rx de mão DA + C

Prescrição

Imobilização
Interna

Horario da medicacao

R1 + Ds Mounit
Mounit

Paciente requer a
ficar internado

Antônio F. S. Neto
Médico
CRM - RJ - 13.125

Outro: Arruda
CRM - RJ - 13.125

Digitalizado com Cam

Arrecimado termo de alta a
Pedido. Biente des vireos.

Roseane A. P. da Silva
Assistente Social
CRESS-PB 1730

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Qtd.	Medicamentos	Dose	Horário	Evolução

Assinatura e Carimbo da Enfermeira (o) Responsável pelo plantão: _____

PROCEDIMENTO REALIZADO: _____

DESTINO DO PACIENTE:

() Residência () Transferido () Desistência () U.T.I.
() Alta a Pedido () Enfermaria Óbito: () Atestado () S.V.O () I.M.

[Assinatura]
Assinatura do Paciente / Responsável

Assinatura e Carimbo do Médico

Digitalizado com Cam



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: () -- CNPJ:

Ficha Nr: 324468 Atd: Na
Data: 22/06/2020
Hora: 10:01:02
Recepcionista: ANA KARLA DE
Clínica: ORTOPEDIA

DADOS DO PACIENTE

Nome: ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA

Num. de vezes atendido: 2

Nome Social: NAO INFORMADO CPF:

Num. Prontuario: 2020.06.001473

CNS: 708709149741393 Sexo: M SEM DOCUMENTO: 0 Fone: 986264932

Natural: RIO DE JANEIRO/RJ Data Nasc.: 20/08/1974 Id: 45 ano(s)

End.: RUA JULIA CHAVES DE ALCANTARA, 66

Bairro: MANGABEIRA Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Mae: MARIA DO ESPIRITO SANTO DA SILVA

Pai: FRANCISCO GERVASIO DA SILVA

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: MOTORISTA (FORA EXCECOES)

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade: PRIMEIRO GRAU COMPLETO

Resp.: ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA

1/Doc. Responsavel: 986264932 / SEM DOCUMENTO: 0

Procedencia: RESIDENCIA

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO

Vitima de acidente por: NAO

Vitima de violencia por: NAO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco:

PA:

FR:

[] Aparentemente Bem [] Grave

FC:

TP:

[] Politraumatizado [] Convulsao

Peso:

Altura:

[] Hemorragia [] Dispneia

Glicemia:

IMC:

[] Diarreia [] Agitado

Circ. Abd:

O2%:

[] Regular [] Chocado

[] Vomito

Queixa Principal

Observacao

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

*fx Brucel há 04 dias. não quinifica infusão
quefe da reformando hoje p/ I.H.*

Diagnostico

Conduta

Prescriçao

Horario da medicacao

- Tapa cura p/ poeja

- I.H

- VPM

Dr. Luciano Gomes de Figueiredo
Ortopedia Traumatologia
CRM PB 9328
CREMEPE 24351

Digitalizado com Cam



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
59056-384 JOAO PESSOA Fone: (83)3214-1980
FAX: () - CNPJ:

Ficha Nr: 325642 Atd: Nao R
Data: 29/06/2020
Hora: 07:22:24
Recepcionista: CLEBIA FERREIRA
Clinica: ORTOPEdia

DADOS DO PACIENTE

Nome: ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA Num. de vezes atendido: 1
Nome Social: NAO INFORMADO CPF: 009.033.687-90 Num. Prontuario: 2020.06.002347
CNS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 2836389 Fone: 986264932
Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 20/08/1974 Id: 45 ano(s)
End.: RUA PROFESSOR ANTONIO CAVALCANTE,00
Bairro: PORTAL DO SOL Cidade: JOAO PESSOA UF: PB
Mae: MARIA DO ESPIRITO SANTO Pai: FRANCISCO GERVASIO DA SILVA
Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO
Ocupação: MOTORISTA SEM ESPECIFICACAO Estado Civil: SOLTEIRO(A)
INFORMACOES DE ENTRADA Escolaridade: NAO INFORMADO
Resp.: ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA
Relat. Soc. Responsavel: 986264932 / IDENTIDADE: 2836389
Procedencia: RESIDENCIA

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO

Vitima de acidente por: NAO

Vitima de violencia por: NAO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco:

PA: FR:
FC: TP:
Peso: Altura:
Glicemia: IMC:
Circ. Abd: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispneia
[] Diarreia [] Agitado
[] Regular [] Chocado
[] Vomito

Queixa Principal

Observacao

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Diagnostico

Prescricao

Horario da medicacao

Digitizado com Cam





FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Nome: Alexandre Genovasio da Silva Data da Admissão: 22/06/2020
Prontuário: _____ Idade: _____ Enfermaria: _____ Leito: _____
Nome da Mãe: _____
Endereço: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Fone: _____ Profissão: _____
Sexo: F () M () Cor: _____ Estado Civil: _____ Religião: _____
Escolaridade: _____ Data de Nascimento: / / /

QPD: _____

HDA: fx. pofega 5

Medicações em uso: Ø

Interrogatório Sintomatológico:

General: ☐ Febre ☐ Astenia ☐ Anorexia ☐ Perda de Peso _____ Kg em _____ ☐ Prurido ☐ Sudorese
☐ Calafrios ☐ Alopecia ☐ Adenomegalias ☐ Icterícia ☐ Tonturas ☐ Outros: _____

Pele: _____

Cabeça e Pescoço: ☐ Cefaléia ☐ Espirros ☐ Rinorréia ☐ Obstrução Nasal ☐ Epistaxe
☐ Dor de Garganta ☐ Bócio ☐ Rouquidão ☐ Disfagia Audição: _____ Visão: _____

AR e ACV: ☐ Dor _____ ☐ Tosse ☐ Expectoração ☐ Hemoptise
☐ Dispneia ☐ Palpitações ☐ Desmaio ☐ Cianose ☐ Edema _____ Outros: _____

ABD: ☐ Dor _____ ☐ Pirose ☐ Solução ☐ Regurgitação ☐ Hematemese ☐ Náuseas
☐ Vômitos ☐ Dispepsia ☐ Diarréia ☐ Melena ☐ Enterorragia ☐ Constipação ☐ Aumento de volume

AGU: ☐ Disúria ☐ Incontinência ☐ Retenção ☐ Poliúria ☐ Oligúria ☐ Noctúria ☐ Hematúria
☐ Mal Cheiro ☐ Corrimento ☐ Outras: _____

SME: ☐ Dor _____ ☐ Rigidez pós-reposu ☐ Deformidades
☐ Artralgia ☐ Calor ☐ Rubor ☐ Edema ☐ Crepitação ☐ Fraqueza ☐ Atrofia ☐ Espasmos

SN e PSO: ☐ Insônia ☐ Sonolência ☐ Convulsões ☐ Motricidade e Sensibilidade
☐ Amnésia ☐ Libido ☐ Humor

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N. CEP 58056-384 Mangabeira II João Pessoa - PB

Digitalizado com Cam



DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

Anestesia brônquica pulmonar (D)

Incisão:

Pinça mantendo a pele intacta
do antecubital e da do supraclavicular

Achados:

do fígado hep 1º lobe (D)

Fros (F) 1x

Procedimento sem sutura de ferida

Conduta:

7

Fechamento:

OBS:

Data: 1 / 1 /

MÉDICO/CRM

Digitalizado com Cam



Antecedentes Pessoais e Hábitos:

Doenças Anteriores: _____

Alergias: _____

Cirurgias: _____

[] HAS [] DM [] TB [] HEP [] Dislipidemia [] Banho de Rio [] Casa de Taipa _____

[] Trauma _____ [] Neo _____ [] Tabagismo _____

[] Alcoolismo _____

Exercício Físico: _____ Alimentação _____

Antecedentes Familiares:

HAS _____ DM _____ TB _____ NEO _____

Dislipidemias _____

Exame Físico:

Peso: _____ Kg Altura: _____ m IMC = _____ PA = _____

FC = _____ FR = _____ TEMP(°C) = _____

Geral: _____

Cabeça e Pescoço (ORF e Otoscopia): _____

Gânglios: _____

Pele: _____

ACV: _____

AR: _____

ABD: _____

AGU: _____

SME: _____

SN: _____

Resultados de Exames Complementares: _____

Hipóteses Diagnósticas: - *fx Bennett polegar @*

Conduta: - *EH*
- *Tafa Luna pr polegar*

Dr. Luciano Santos Netto
Ortopedia e Traumatologia
CRM 9328
CREMER 34351

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58058-384, Mangabeira II, João Pessoa

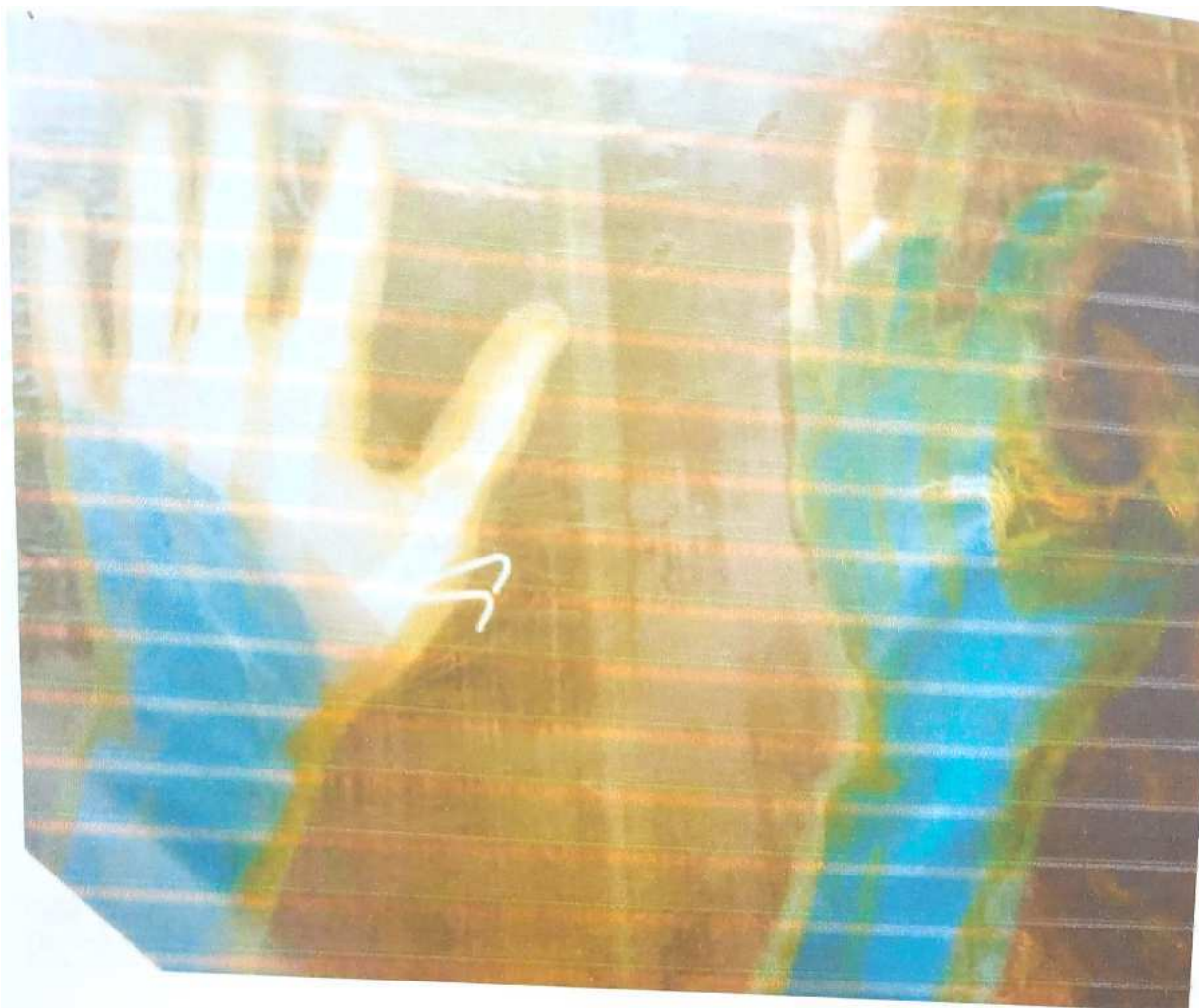
Digitalizado com Cam





Digitalizado com Cam





Digitalizado com Cam

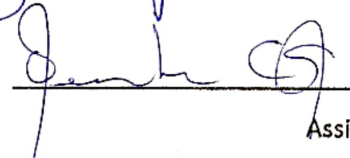


Declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)

Eu, ALEXANDRE GERVASIO DA SILVA, RG/CNH nº 2.836.389,
órgão expedidor: SSP UF: DF CPF 009.033.687-90 endereço
Rua JULIA CHAVES DA ALCAANTARA, 66 CEP 58049-490
cidade de JOÃO PESSOA telefone(s) (83) 98626-4932 DECLARO ser
isento(a) da apresentação da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) no(s)
exercício(s) 2018 / 2019 por não incorrer em nenhuma das hipóteses de
obrigatoriedade estabelecidas pelas Instruções Normativas (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB).

Esta declaração está em conformidade com a IN RFB nº 1548/2015 e a Lei nº 7.115/83*.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.

João Pessoa de SETEMBRO de 20 20

Assinatura

*Esclarecemos que a Receita Federal do Brasil não emite declaração de que o(a) cidadão(ã) está isento(a) de apresentar a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), pois a Instrução Normativa RFB nº 1548, de 25 de fevereiro de 2015, regula que, a partir do ano de 2008, deixa de existir a Declaração Anual de Isento. Ademais, a Lei nº 7.115/83 assegura que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado. Mais informações podem ser obtidas na página da RFB na internet, no seguinte endereço eletrônico: <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dai-declaracao-anual-de-isento>

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. . 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. . 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. . 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. . 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. . 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Digitalizado com Cam





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE JOÃO PESSOA

2ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

D E C I S ã O

PROCESSO Nº. 0807109-48.2020.8.15.2003

AUTOR: ALEXANDRE GERVÁSIO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade judiciária, na forma do art. 98 do C.P.C.

Da AUDIÊNCIA UNA

Observando os termos do Ato Normativo 33/2020 da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, que regulamenta o retorno gradual das atividades presenciais, a implementação da terceira fase prevista na norma referida, visando dar regular trâmite ao presente feito preservando a saúde e a segurança de todos, notadamente com a possibilidade de realização de atos semipresenciais, **Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA)** para o dia **26 de outubro de 2020, às 17:30h**, de forma **SEMPRESENCIAL**, que será realizada através do aplicativo **CISCO WEBEX**.

Para que os advogados e as partes (prepostos) possam participar no dia e hora marcados da audiência retro, ingressando na sala virtual de audiência, deverão acessar o seguinte link: <https://cnj.webex.com/join/jpa-vrciv02>

ALERTA: Para instalar o APP Sisco Webex deve ser feito o download no seguinte endereço: <https://www.webex.com/downloads.html>

A serventia deve enviar às partes e seus procuradores por e-mail, whatsapp ou qualquer outro meio eletrônico, o manual de participação em audiências virtuais **d i s p o n í v e l** e m : <https://www.cnj.jus.br/plataforma-videoconferencia-nacional/manual-para-partes-e-tester>

Ressalto a importância dos advogados e parte dispor do **uso de fones de ouvido**.

Como primeiro ato da audiência os integrantes deverão exibir **documento de identificação pessoal com foto.**

Outrossim, deverão constar, respectivamente, na petição inicial e contestação, **e-mails e números de telefones celulares** das partes e de seus advogados, ou caso omissos, em petição protocolizada pelo menos até 10 dias antes do ato, de forma a viabilizar o regular trâmite do feito.

Registro que o magistrado que presidirá a audiência, preposto e advogados das partes participarão da audiência por meio do aplicativo acima mencionado (virtualmente), ficando a cargo de cada um a adoção das medidas necessárias, inclusive a obtenção dos meios tecnológicos, para participar do ato, sob as penas da lei.

CITE e INTIME a parte ré para tomar conhecimento do feito e contestar a ação, no prazo legal. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do C.P.C, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do C.P.C.;

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é **obrigatório** (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir).

A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

DA PERÍCIA

Inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão e que a análise do objeto da lide, consistente no pagamento ou complementação de seguro DPVAT, pressupõe a realização de prova técnica, com fulcro no art. 156 do C.P.C., determino a realização de **perícia médica**, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Dita perícia será realizada PRESENCIALMENTE, devendo a parte autora e, caso haja, assistente técnico, comparecer no dia e horário aprazados para a audiência (26/10/2020 às 17:30 horas), ao Fórum Regional de Mangabeira/PB, nesta capital, mais precisamente na sala da Diretoria, piso térreo, especialmente preparada para tal finalidade (perícia), respeitadas todas as normas de biossegurança para a COVID-19.

Nomeio a médica, **Dr^a Rosana Bezerra Duarte de Paiva**, perita nos presentes autos, para proceder à perícia judicial, a realizar-se no dia e horário acima descritos. **INTIME-A** para tomar ciência do encargo, do exame pericial e da audiência agendados nestes autos

INTIME a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao BACENJUD.

INTIMEM as partes para ciência da data e hora da perícia retro, bem como para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Apenas e tão somente a parte autora que será submetida à perícia médica e eventual assistente técnico das partes devem comparecer ao fórum, no dia e hora designados, devendo a parte promovente trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos.

A parte autora deve comparecer, impreterivelmente, portando documento pessoal oficial com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJ/PB.

Via digitalmente assinada desta decisão servirá como mandado de citação/intimação.

Advirto que:

1 – Ante a prescindibilidade para o ato da perícia, não comparecerão presencialmente ao ato o Julgador e nem os Advogados das partes, com o fito de evitar aglomeração e, assim, risco de contágio da COVID -19, em cumprimento aos termos do Ato da Presidência 33/2020;

2 - Não será permitida a entrada de qualquer pessoa sem o uso de máscara, conforme Ato da Presidência 33/2020;

3 – Só será permitido o ingresso ao Fórum apenas e tão somente da própria parte promovente e, caso haja, assistente técnico de ambas as partes, vedada a presença de acompanhantes, exceto curadores, tutores, genitores de menores de idade e situações excepcionais devidamente comprovadas;

4- Deverão todos aqueles que adentrem nas dependências do Fórum Regional de Mangabeira observar fielmente todas as normas de biossegurança estabelecidas pela Diretoria da predita Unidade, sob as penas da lei.

A SERVENTIA PARA INSERIR NOS MANDADOS DE CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO DE AMBAS AS PARTES E ADVOGADOS AS INSTRUÇÕES ANEXAS, PARA FINS DE ACESSO À SALA VIRTUAL DE AUDIÊNCIA DO MUTIRÃO DPVAT.

AO CARTÓRIO PARA QUE, DORAVANTE, OBSERVE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO CÓDIGO DE NORMAIS JUDICIAIS (PROVIMENTO C.G.J N° 56/20). ATENÇÃO.

CUMpra COM URGÊNCIA – AUDIÊNCIA E PERÍCIA - DPVAT.

João Pessoa, 29 de setembro de 2020

Fernando Brasilino Leite

Juiz de Direito

INSTRUÇÕES PARA ACESSO AO CISCO WEBEX.

De logo, comunicamos que o procedimento a ser adotado é o seguinte:

1º - BAIXANDO O PROGRAMA DE VIDEOCONFERÊNCIA.

Você deve "baixar" e instalar o programa (aplicativo) que irá ser a base da audiência, o CISCO WEBEX MEETINGS. O link para download do aplicativo, que é gratuito, é <https://www.webex.com/downloads.html/> e, após clicar nesse link, você deverá escolher o seu equipamento, se Computador (com windows, câmera e microfone), se Smartphone (Celular) Android ou Apple.

2º - INSTALANDO O PROGRAMA DE VIDEOCONFERÊNCIA.

Após a instalação, quando você rodar pela primeira vez o programa, ele pedirá que você (1) aceite os Termos do Serviço, (2) terá um OK e, em seguida, uma série de permissões, (4) para acessar seus contatos, (4) para gerenciar chamada telefônica, (5) para tirar fotos ou gravar vídeo, (6) para acessar o local, (7) para gravar áudio. Enfim, depois disso tudo, você estará numa tela que você pode "entrar em uma reunião" ou "iniciar sessão". Neste ponto você não precisará fazer mais nada.

3º-ENTRANDO NA SALA DE AUDIÊNCIA.

a - No horário marcado para a audiência (abaixo) ou poucos minutos antes (de 1 a 3), Clique/Acesse no link relativo à sala referente à sua audiência e você deverá ter acesso:

VIDEOCONFERÊNCIA: <https://cnj.webex.com/join/jpa-vrciv02>

b - Todos os participantes no dia e horário agendados, deverão ingressar na sessão virtual pelo link informado, com vídeo e áudio habilitados e com documento de identidade com foto.

4º - DURANTE A AUDIÊNCIA (MAS LEIA ANTES!)

Lembre de alguns pontos interessantes para o sucesso da audiência:

a - esteja num local que tenha acesso wifi ou tenha o seu plano 3G/4G;
b - apesar de você estar em casa ou outro local de sua conveniência, a audiência é um ato judicial solene, com a presença de uma autoridade judiciária, o Juiz de Direito e é processualmente válida;

Assim, a educação e a civilidade devem ser sempre lembradas;

c - esteja vestido(a) de maneira adequada e respeitosa;
d - esteja num local silencioso, podendo usar fone de ouvido.

Caso você deseje que seja ouvida alguma testemunha na audiência, será adotado o seguinte procedimento:

1º-ACESSO À AUDIÊNCIA.

a - A testemunha deverá acessar a sala de audiência virtual, através do mesmo link que foi encaminhado para as partes e advogados; fica a cargo do advogado ou da parte enviar o referido link para as testemunhas que deseje ser ouvidas pelo Juiz.

b - Na hora da audiência, a testemunha/depoente deverá acessar o link, quando será colocada numa sala de espera virtual (lobby), até o momento em que prestará

depoimento. Em caso de queda de conexão durante o período de espera, deverá entrar em contato com a Secretaria do 2ª Vara Cível Regional de Mangabeira, através do telefone/whatsapp (83) 99144.7733, para que seja feito o contato com a Chefia de Cartório informando o ocorrido para que seja feito o contato com o Magistrado informando o ocorrido, e seja prestado o devido auxílio para o restabelecimento da conexão;

2º - PROCEDIMENTO DE IDENTIFICAÇÃO.

Por ocasião da qualificação da testemunha, esta será identificada diretamente pelo juiz, oportunidade na qual deverá estar segurando ao lado do rosto um documento de identificação com foto, e nesse momento deverá falar o seu nome. Para tal finalidade, é muito importante que a testemunha esteja em ambiente com luminosidade adequada, a fim de que possa ser identificada com a devida segurança;

3º - PROCEDIMENTO PARA PRESERVAÇÃO DA INCOMUNICABILIDADE.

A fim de que seja preservada a incomunicabilidade, a depoente/testemunha/informante deverá adotar as seguintes providências:

- Procurar um lugar isolado para depor;
- Realizar um passeio ao vivo com a câmera pelo ambiente em que se encontra, a fim de demonstrar que está sozinha no local;
- Encaminhar via whatsapp, a sua localização em tempo real;
- Não manter contato com quaisquer outras pessoas durante o depoimento;
- Não utilizar qualquer outro aparelho eletrônico;
- Dirigir o seu olhar diretamente para a câmera do dispositivo (celular ou

computador pessoal) evitando desvios;
•Utilizar fones de ouvido.

Tais providências objetivam garantir e preservar os ditames legais pertinentes à audiência, ficando a testemunha advertida acerca da possibilidade de anulação do ato e responsabilização legal, em caso de quebra da incomunicabilidade.

Seguem abaixo links para acesso a tutorias em texto e em vídeo do Cisco Webex em caso de dúvidas:

Acesse o Manual da videoconferência no Webex produzido pelo TJSE -
https://www.tjse.jus.br/portal/arquivos/documentos/publicacoes/manuais/videoconferencia/tutorial_publico_externo.pdf

Manual da videoconferência do Webex para partes e testemunhas (CNJ) -
<https://www.cnj.jus.br/plataforma-videoconferencia-nacional/manual-para-partes-e-testemunhas-sobre-o-uso-da-videoconferencia/>

Vídeo tutorial do TJ-PB sobre como realizar download e instalação do aplicativo -
https://youtu.be/ZS6sOfE_JK4

OBSERVAÇÃO: Caso surja qualquer outra dúvida, entre em contato com a Secretaria do 2ª Vara Cível Regional de Mangabeira, através do telefone/whatsapp (83) 99144.7733.